



# O BLOCO CONTA

*Construir uma alternativa em Lisboa*



**LISTA  
A**

## **MANDATÁRIO:**

João Bau

## **LISTA A:**

1. Mamadou Ba
2. Ricardo Robles
3. Isabel Pires
4. Conceição Peralta
5. Bruno Cabral
6. Belandina Vaz
7. Inês Tavares
8. Fabian Figueiredo
9. Lídia Fernandes
10. João Mineiro
11. Cristina Andrade
12. Humberto Silveira
13. Joana Grilo
14. Ricardo Duarte
15. Filipa Gonçalves
16. Francisco Alves
17. Rita Silva
18. Paulo Martins
19. Rita Gorgulho
20. Luís Moreira



## CONSTRUIR A RESISTÊNCIA CONTRA A AUSTERIDADE

No momento em que estas eleições se realizam, Portugal atravessa uma das crises mais profundas de sempre. Depois de terminado o prazo do memorando da Troika, a imposição do Tratado Orçamental aprovado pelo PS, PSD e CDS, pretende, em nome da salvaguarda do sistema financeiro e da garantia dos juros dos especuladores, pôr os e as trabalhadoras, jovens e pensionistas a pagar a crise, ao mesmo tempo que ataca o que resta do Estado Social. A política do atual governo das direitas que, nos traços essenciais não difere das do Bloco Central, protagonizam um gigantesco processo de transferência de riqueza do trabalho para o capital, dos mais pobres para os mais ricos, através da destruição de direitos fundamentais e dos serviços públicos.

Nos últimos três anos de Troika em Portugal, em que os últimos dois coincidem com o mandato desta concelhia, aumentaram os impostos, aumentou o desemprego, aumentou a pobreza. Cerca de 1 milhão e 100 mil pessoas vivem em situação de pobreza extrema. Uma em cada 4 pessoas é pobre, um número que cresceu 25% em 4 anos, com perto de 2 milhões de cidadãos a viverem atualmente com menos de 409 euros por mês. Os sacrifícios impostos durante três anos não têm outro resultado que não o empobrecimento generalizado do país, feito em nome de uma chantagem económica, cujos números tornam evidente o absurdo dos argumentos e desta política. Hoje, com perto de 14 mil milhões de austeridade agravada desde 2011, em impostos e redução de salários, a dívida que temos aumentou mais do dobro do que a própria austeridade e o défice está 800 milhões de euros mais alto.

Mas a austeridade não tocou a todos. Sobre a desigualdade do peso dos sacrifícios impostos desde que a Troika aterrou em Portugal também não existem dúvidas de onde recaiu a “ética da austeridade”, com a banca e os monopólios a suportarem apenas 4% dos cortes. A “saída” da troika precipitou a imposição do Tratado Orçamental. A austeridade prolonga-se por mais duas décadas para garantir a execução do programa neoliberal que tem sido implementado em Portugal e na Europa, especialmente violento desde 2010. Uma austeridade sem limites que avança para além dos cortes nas reformas, pensões e salários e que prepara o desmante-

lamento do SNS, da Escola Pública e de toda a proteção social. Organizar a resistência anticapitalista perante a alternância do centrão é o maior desafio que temos pela frente.

Cabe-nos juntar forças para combater estas políticas, organizando na sociedade um movimento capaz de derrotar a ditadura financeira e afirmar o Bloco enquanto projeto de esquerda socialista, anticapitalista, ecologista, feminista, plural e alternativo. Juntar todas as forças para resistir no concreto à destruição de cada um dos nossos direitos e afirmar o Bloco enquanto instrumento para a luta por uma alternativa à austeridade e ao capitalismo são as responsabilidades que assumimos.



## **CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA CIDADE, UMA ALTERNATIVA EM LISBOA**

No caso de Lisboa, a atual governação do PS representa o modelo de organização e gestão da cidade que sempre rejeitámos. A cidade governada pelo executivo liderado por António Costa não é a cidade que defendemos. António Costa e Manuel Salgado empenharam-se num modelo de gestão que apostou nas operações de charme para atrair investimento privado na reabilitação urbana e no turismo. Trata-se de uma política que tem por base uma orientação profundamente errada - o município deve se concentrar apenas na reabilitação do espaço público, deixando a reabilitação de imóveis para habitação para o sector privado. Esta orientação conjugada com a liberalização das rendas e a facilitação dos despejos contribuiu para um boom especulativo no sector imobiliário, que se assume como força motora da reabilitação urbana. Esta lógica é alimentada por António Costa: na Colina de Santana prepararam a maior operação de especulação imobiliária que Lisboa já assistiu, impondo encerramento dos serviços hospitalares, e, apesar do revés provocado pela oposição popular, voltam agora à carga. Mesmo programas bem intencionados como o Plano Local de Habitação acabaram por se resumir a isso mesmo: boas intenções. O atual executivo acabou por se embrenhar na gentrificação do centro histórico, expulsando as pessoas - especialmente as populações mais pobres e excluídas - para instalar hotéis de charme.

Pois é neste contexto da sanha mercantilista que, num município com um executivo de maioria do Partido Socialista, surgiu esta proposta para entregar ao capital financeiro 25% do potencial de edificabilidade dos solos municipais em Lisboa através da constituição de um fundo imobiliário. Nos dois mandatos consecutivos em que foi apresentada, esta estratégia fracassou com a ausência de resposta do mercado.

Também fracassou a política de habitação que erradamente assentou na venda de património disperso e de habitação social, o que prejudicou a criação de uma verdadeira bolsa de arrendamento urbano.

Sem responder com a determinação necessária à crise social, este executivo municipal aposta no assistencialismo e na caridade, com a criação do comissariado do combate ao desperdício

alimento, coordenado por um vereador do CDS, para distribuir os restos de comida dos restaurantes e cantinas pelos mais pobres. Sem uma estratégia forte na política da habitação e de repovoamento do centro da cidade, a CML disponibiliza alguns apartamentos com rendas convencionadas que não respondem à dimensão do problema, continuando a deixar dezenas de milhares de pessoas sem hipótese de viver em Lisboa.

Defendemos intransigentemente os transportes públicos em Lisboa e por isso opomo-nos à entrega a privados da Carris e Metro, assim como as linhas ferroviárias que servem Lisboa e municípios vizinhos. Não é possível definir políticas democráticas de mobilidade e de planeamento urbano orientado para as pessoas sem ter a gestão das empresas de transportes públicos. Até o planeamento equilibrado de redes de mobilidade suave implica necessariamente um controlo municipal dos transportes públicos. O último mandato do executivo municipal ficou também marcado pela reforma administrativa. O Bloco bateu-se pela sua proposta de descentralização e pela necessidade de garantir um processo democrático, participado e que salvaguardasse os direitos das e dos trabalhadores municipais. A reforma avançou, contrária a estes princípios, com um acordo prévio entre PS e PSD, prática que foi seguida nos principais momentos decisórios do mandato de António Costa, como por exemplo na aprovação do novo Plano Diretor Municipal. O novo PDM é uma oportunidade falhada para promover a reabilitação urbana e o repovoamento da cidade.

A Lisboa de António Costa é também a cidade dos negócios. Foi assim com o acordo com Miguel Relvas para venda dos terrenos do aeroporto de Lisboa de forma a viabilizar a privatização da ANA. Foi assim com a tentativa de aprovação dos loteamentos da Colina de Santana. É também assim nas isenções de taxas aos milionários eventos musicais e desportivos, como o Rock in Rio, a Tall Ships Race ou a Volvo Ocean Race. E continua assim com a privatização do espaço público em mega campanhas publicitárias, sejam elas marcas de automóveis ou cadeias de hipermercados.

A cidade que queremos é a cidade que promove uma cada vez melhor qualidade de vida. No século XXI, não é aceitável o nível de pobreza e de vulnerabilidade social que empurra milhares de pessoas para a fome e a miséria. Os lisboetas,

como aliás a grande maioria dos portugueses, estão a alimentar-se de forma desequilibrada e com consequências graves para a saúde – diabetes, doenças degenerativas, obesidade. A CML deve tomar medidas imediatas de resposta aos desequilíbrios alimentares.

Uma cidade moderna, saudável e ecológica é uma cidade que trata bem os animais. A Coordenadora Concelhia compromete-se a defender os direitos dos animais e a apoiar o Grupo de Trabalho dos Direitos dos animais do BE e desenvolver ações no sentido de controlar o abandono e estimular campanhas de adoção, combater o abate promovendo a esterilização gratuita de animais, promover o apoio no tratamento dos animais das famílias carenciadas e propor a instituição dos animais comunitários.

A cidade que queremos é a cidade da diversidade, da igualdade e do respeito pela diferença. “Lisboa arco-íris” é a Lisboa que democratiza o acesso ao espaço público para todos e todas, onde as mulheres, as minorias étnicas, as comunidades imigrantes, as comunidades Lgbt, os toxicodependentes, os sem-abrigo, os e as trabalhadores/as do sexo exercem a cidadania e são respeitados.

Não nos resignamos a este modelo de cidade e por isso apresentamos alternativas e vamos à luta. Lisboa precisa de uma estratégia clara de resposta à crise social, ao desemprego e à pobreza. Precisa de investir na reabilitação urbana e numa política de habitação que abranja a população que tem sido expulsa da cidade. Precisa de recentrar a sua política de mobilidade, priorizando os transportes públicos e os modos suaves. Estamos prontos e prontas para esse combate.

## **ENRAIZAR, ALARGAR E ORGANIZAR O BLOCO NA CIDADE**

Temos já alguns focos de trabalho local continuado, mas precisamos de muito mais. Se há zonas da cidade onde somos uma referência na atividade que desenvolvemos, existem muitas outras onde é necessário fazer muito mais. Dar a cara e ir à luta nos problemas locais ou organizar a resistência contra o governo com sessões públicas temáticas tem de ser uma atividade continuada. Os nossos autarcas eleitos nas freguesias e na Assembleia Municipal são um instrumento importante que tem de ser potenciado. Uma boa articulação entre ativistas locais, eleitos ou não, pode fazer uma grande diferença sendo importante aprofundar a nossa reflexão sobre os movimentos sociais, experimentando práticas que se baseiem no respeito pela sua autonomia, distintas quer da indiferença quer do frentismo que, por vezes, tem marcado a postura do bloco. A visibilidade e a solidariedade para com experiências de resistência à austeridade e às políticas neoliberais, sem ânsia de controlo ou de cooptação, não sendo inéditas entre nós, poderá ser bom ponto de partida.

É necessário alimentar capacidades transformativas, potenciar a participação, dinamizar a discussão e promover a ação.

A Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Lisboa deve por isso apoiar as e os eleitos nas freguesias com maior regularidade. Deve, para além disso, dar capacidade aos militantes para que sejam motores de um Bloco com capacidade de iniciativa política e de resposta aos problemas do concelho e do país. Esta Coordenadora deve acompanhar e criar espaços para uma militância ativa, com capacidade de iniciativa e de resposta à austeridade que o Tratado Orçamental, executado ou não por um governo do PS, vai impor à sociedade portuguesa nos próximos 20 ou 30 anos.

Isto implica conhecer bem a cidade e as suas realidades, estar presente e juntar todas as forças sociais da cidade que se mobilizam em torno de causas que possam fazer de Lisboa, uma cidade melhor, concentrar energias na comunicação e evitar dispersão de conteúdos e de meios. Para tal, a Concelhia tem de encontrar modelo de funcionamento que permita operacionalizar as tarefas que deste compromisso decorram.

Assumir um modelo de direção política da Concelhia que equilibre a necessidade de uma ampla participação democrática da militância com a necessidade da resposta política quotidiana.

**Para o efeito, propomos:**

1. Realizar plenários de aderentes bimestrais para discussão da situação política e de temas relevantes e de aprofundamento de estratégia política na cidade e no país;
2. Restabelecer as zonas geográficas de intervenção que correspondem à escala administrativa da cidade e refletem, não apenas identidade mas também, continuidade territorial das freguesias, responsabilizando os elementos da concelhia por cada zona;
3. Potenciar, em articulação com a distrital, grupos de trabalho sectoriais e temáticos (feminismo, autarcas, ecologia e direitos animais, reformados, habitação e rendas, etc.) que permitam envolver o máximo de aderentes nas várias frentes de luta;
4. Em articulação com os grupos de trabalho setoriais ou temáticos, promover encontros de formação que permitam aprofundamento da discussão e reflexão;
5. Realizar reuniões de aderentes abertas e descentralizadas em espaços nas freguesias que devem ser reivindicados para usufruto da população (coletividades, equipamentos das freguesias, espaços públicos) para debater temas locais ou nacionais;
6. Concentrar a comunicação imediata na página facebook da concelhia, atualizando-a diariamente com notícias, opiniões ou ações e orientar o site da concelhia para informação de carácter mais documental como textos de opinião, iniciativas da coordenadora ou resumo das posições/iniciativas das e dos eleitos nas assembleias de freguesia e municipal;
7. Elaborar uma newsletter mensal com o resumo da atividade do bloco em Lisboa, com artigos de opinião e agenda.
8. Dinamização dos núcleos de freguesia na elaboração de boletins em papel para serem distribuídos à população com a atividade do bloco na freguesia e com as nossas propostas;

9. Articular com a coordenadora distrital eleita os eventos de convívio na sede distrital (São Bento) para que a promoção seja conjunta, mas promover também a realização de eventos fora da sede, em espaços públicos que permitam aproximar novos aderentes e simpatizantes;
10. Realizar visitas quinzenais em articulação com eleitas e eleitos de freguesia e da assembleia municipal abordando temas locais;
11. Promover e apoiar a criação de núcleo de trabalhadores e trabalhadoras do município de Lisboa, aderentes do Bloco de Esquerda;
12. Melhorar a receção e enquadramento dos novos aderentes, garantindo um contacto pessoal logo após a ratificação pela concelhia e que exponha os vários ativismos no concelho de Lisboa e permita uma integração na militância.

